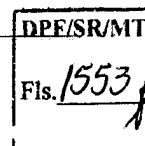


➤ PREGÃO ELETRÔNICO**▪ Visualização de Recursos, Contra-Razões e Decisões****CONTRA RAZÃO :**

ILUSTRÍSSIMO SENHOR
PREGOEIRA DA COMISSÃO DE LICITAÇÃO DA DPF/MT

PREGÃO ELETRÔNICO: 001/2012

RAQUEL ROCKEMBACH – EPP, já qualificada nos autos do Pregão Eletrônico em epígrafe, por seu advogado, que esta subscrive, vem, respeitosamente à presença de Vossa Excelência, apresentar suas CONTRARRAZÕES ao RECURSO DA NORTE SUL LIMPEZA E CONSERVAÇÃO LTDA, na forma das razões que ora seguem:

1. A empresa NORTE SUL apresentou recurso administrativo contra a habilitação da ora Recorrida, sustentando:

- a) Inaptidão, por ser optante do SIMPLES;
- b) Irregularidade do contrato social, por constar dentre as atividades "(...) vigilância e segurança armada (...)", que dependeria de prévia autorização da Polícia Federal;
- c) Erros da multiplicação do valor unitário do m2 pelo total das áreas, sem demonstrar o "suposto" erro;
- d) Falta de demonstração da quantidade de pessoal alocada na execução contratual.

Data venia, é absolutamente improcedente a pretensão.

2. Inicialmente, vale frisar que o objeto da licitação é a "(...) contratação de pessoa jurídica para prestação de serviços, de forma indireta e contínua, de copeiragem, serviços gerais e limpeza e conservação predial (...)".

Observada tal premissa, cumpre ressaltar a total improcedência das alegações pelos seguintes motivos:

I – OPÇÃO DO SIMPLES.

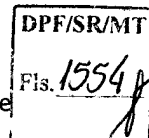
O Tribunal de Contas da União ao decidir o acórdão nº 797/2011/TCU, entendeu que "(...) É possível a participação de empresas optantes do Simples Nacional em licitações para contratação de serviços de mão-de-obra vedados pela Lei Complementar 123/2006, desde que comprove a não utilização dos benefícios tributários do regime tributário diferenciado na proposta de preços e que, caso venha a ser contratada, faça a comunicação ao órgão fazendário competente, para fins de exclusão do regime diferenciado, e para que passe a recolher os tributos pelo regime comum (...)" [Acórdão nº 797/2011-Plenário, TC-024.993/2010-7, rel. Min. Ubiratan Aguiar, 30.03.2011, TCU].

As condições para a participação de empresa optante do SIMPLES, portanto, são apenas duas: a) não cotação do regime tributário diferenciado; b) pedido de descredenciamento após a contratação. Não há impedimento legal da participação da ora Recorrida na licitação, apenas restrição de utilização do regime tributário diferenciado e comprometimento de descredenciamento após a contratação.

A Recorrida cotou tributos do regime de lucro presumido, portanto, não utilizou o regime diferenciado de tributação.

E apesar de só estar obrigada ao pedido de descredenciamento após contratação, observando sua boa-fé, realizou tal pedido na data de hoje (Doc. incluso).

Inexistem, portanto, obstáculos à habilitação jurídica da Recorrida.



II – CONTRATO SOCIAL CONSTANDO VIGILÂNCIA E SEGURANÇA ARMADA

O contrato social ex vi do art. 997 do Código Civil deve conter o objeto social da empresa, tanto de atividades já executadas, quanto atividades que poderão ser executadas futuramente.

Justamente por tal permissão, a ora Recorrida constou em seu objeto social diversas atividades executadas e ainda não executadas.

Dentre elas constou a “vigilância e segurança armadas” que não são executadas no momento, e, futuramente poderão ser executadas pela Recorrida.

Quando efetivamente desenvolver tais atividades, por óbvio deverá proceder ao licenciamento da atividade, que envolverá dentre outras requisições a autorização da Polícia Federal. Mas como não há execução destes serviços no momento, inexistente irregularidade da Recorrida.

Outrossim, o art. 28, V da Lei 8.666/1993 determina a apresentação de decreto ou ato de autorização expedido pelo órgão competente, “(...) quando a atividade assim o exigir (...)”.

A atividade licitada foi “(...) contratação de pessoa jurídica para prestação de serviços, de forma indireta e contínua, de copeiragem, serviços gerais e limpeza e conservação predial (...)”, e, não há exigência de autorização da Polícia Federal para o exercício destas atividades.

Totalmente infundada a alegação, portanto.

III – RECLAMAÇÕES DA PLANILHA.

Quanto aos “supostos” erros de planilha, também infundadas as alegações.

A alegação de erros da multiplicação do valor unitário do m2 pelo total das áreas, não demonstrou o “suposto” erro.

Não há erro na planilha da Recorrida, e, a ausência de demonstração impede qualquer impugnação, pois não se sabe o que impugnar.

De per si é insustentável a alegação.

E sobre a suposta ausência de demonstração de quantitativo de pessoal, vale observar que na data de hoje (09/05/2012) foi encaminhada a informação do quantitativo de pessoal que NÃO REPRESENTOU IRREGULARIDADE NA PLANILHA, pois o critério de apresentação dos preços era por produtividade nos termos da IN 02/2008 do MPOG, e, portanto, a quantidade de pessoal já estava pré-definida pela produtividade exigida no edital e contemplada na planilha de preços.

Ademais, irregularidades no preenchimento de planilha ou de proposta que não impliquem modificação de preço, não permitem a desclassificação da licitante, consoante iterativa jurisprudência do TCU.

3. Ante o exposto, respeitosamente requer à Vossa Senhoria o IMPROVIMENTO do recurso, mantendo-se inalterada a habilitação da Recorrida RAQUEL ROCKENBACH.

Pede Deferimento.

Cuiabá (MT), 9 de maio de 2012.

RAQUEL ROCKENBACH – FI
representante legal

Documento Anexo da exclusão do Simples Nacional.

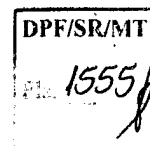
Consulta Optantes
Identificação do Contribuinte

CNPJ : 09.576.957/0001-55
Nome Empresarial : RAQUEL ROCKENBACH EPP

Situação Atual

Situação no Simples Nacional : Optante pelo Simples Nacional desde 01/01/2010

Situação no SIMEI: NÃO optante pelo SIMEI



Períodos Anteriores

Opções pelo Simples Nacional em Períodos Anteriores: Não Existem

Opções pelo SIMEI em Períodos Anteriores: Não Existem

Agendamentos (Simples Nacional)

Agendamentos no Simples Nacional: Não Existem

Eventos Futuros (Simples Nacional)

Eventos Futuros no Simples Nacional

Descrição do Evento Data Efeito

Exclusão por comunicação do contribuinte - Atividade econômica vedada 01/06/2012

